



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Declaração de Voto

Relatório da Audição Parlamentar Reorganização Curricular

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português foi autor de um requerimento apresentado à Comissão de Educação, Ciência e Cultura no sentido da realização de uma Audição Pública sobre a Revisão da Estrutura Curricular apresentada pelo Governo. Essa proposta do PCP foi rejeitada com os votos do CDS e PSD que, curiosamente, apresentaram igual proposta uma semana depois da referida rejeição. Simultaneamente, o GP PCP apresentou um Projeto de Resolução para o alargamento do prazo de discussão pública sobre a proposta do Governo, entretanto rejeitado no Plenário da Assembleia da República com os votos contra do CDS e do PSD e a abstenção do PS.

Significa isso que o Grupo Parlamentar do PCP esteve desde o primeiro momento empenhado em contribuir para o alargamento da reflexão e discussão, combatendo a visão conjuntural e economicista do Governo que serve de pretexto para mais uma afronta às qualidades e características da Escola Pública.

A realização da Audição Parlamentar sobre revisão da estrutura curricular, realizada pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura no dia 18 de Janeiro contou, contudo, com o voto favorável do PCP, independentemente de ter sido proposta pelos partidos que rejeitaram a proposta inicial do PCP. E essa posição do PCP veio a demonstrar-se adequada na medida em que a Audição Pública se revelou como uma das mais participadas audições levadas a cabo pela Comissão de Educação nos últimos anos. Quer em número de presenças, quer de contributos e intervenções, esta audição revelou-se um importante momento de reflexão.

Reconhecendo a impossibilidade de tecer juízos políticos num relatório sobre uma audição, o PCP não pode, no entanto, deixar de se demarcar do conteúdo desse relatório, tendo em conta que nesse texto não se traduz ou reflete a real dimensão de rejeição da proposta do Governo que ali foi dominante. Aliás, o clima sentido naquela audição foi de forte repúdio pelo teor das propostas do Governo, bem como pela forma por que o Governo optou para levar a cabo o processo a que chamou “revisão da estrutura curricular”.

Para o PCP, o que resulta claro da audição é que o processo não só está marcado por opções erradas numa ou noutra área, mas é na sua totalidade uma base impossível para uma real revisão curricular. Ou seja, a conclusão da audição não é apenas um somatório de reparos ou de críticas à proposta do Governo, mas sim a da urgente


necessidade de suspender este processo para não condicionar de raiz e com custos irremediáveis uma real revisão curricular, baseada num processo de ampla discussão e de maturado debate entre toda a comunidade científica e escolar. Por isso mesmo, o PCP assumiu, na sua intervenção final durante essa audição, a apresentação de um Projeto de Resolução para a suspensão imediata do processo de revisão, que cumpriu no próprio dia, estando esse Projeto agendado para discussão em plenário dia 9 de Fevereiro de 2012.

O relatório apresentado pela Senhora Deputada Maria José Castelo Branco, do PSD, não merece o voto favorável do PCP por não refletir de modo algum aquele que foi o sentimento dominante na audição que relata. A abstenção do PCP é expressão de não identificação com o conteúdo do relatório quando confrontado com o sentimento geral transmitido ao Parlamento na audição de dia 10 de Janeiro.

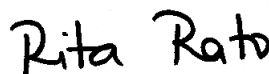
O PCP continuará, independentemente das tentativas que PSD e CDS levem a cabo para o branqueamento das posições adversas à proposta do Governo, a denunciar e a combater a política de destruição da escola pública e de desfiguração do Estado que está em marcha, pelas mãos, alternadamente, de PS e PSD, com ou sem o CDS.

Assembleia da República, 31 de Janeiro de 2012

Os Deputados,



Miguel Tiago



Rita Rato